

MILTON MIRO WILLMS

**DESENVOLVER DA HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZEMBERGER
NA APA DE GUARAQUEÇABA, VISANDO O ASPECTO SÓCIO-AMBIENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa no Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:
Prof. MSc Edmilson Paglia

Co-orientador
Prof. Dr. Luiz Rogério Oliveira da Silva

CURITIBA

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

MILTON MIRO WILLMS

DESENVOLVER DA HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZEMBERGER NA APA DE GUARAQUEÇABA, VISANDO O ASPECTO SÓCIO-AMBIENTAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de especialista do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Msc. Edmilson Cezar Paglia
UFPR Litoral


Prof^a. Msc. Silvana Cássia Hoeller
UFPR Litoral


Prof. Msc. Rogério Barbosa Macedo
Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel

Curitiba, 13 de dezembro de 2006.

A Deus, pela luz,
Aos meus familiares pelo apoio,
A minha avó dona Miloca pela diversão,
Ao Serafin por ser um parceiro,
Ao amigo que fiz nesta jornada e com quem discuti
muitas horas nas viagens, Ricardo, e meu orientador
Edmilson por me incentivar.
Às pessoas do Acampamento Lutzemberger pela
experiência proporcionada e pela receptividade,
E também aos outros amigos, todos, pelo convívio,
A Scheilla Cristina por seu carinho e sinceridade.

Agradeço!

SUMÁRIO

RESUMO	iv
1 MINHA BREVE TRAJETÓRIA ACADEMICA E A MONOGRAFIA	5
2 INTRODUÇÃO	9
3 OBJETIVOS	10
3.1 OBJETIVO GERAL	10
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4 REFERENCIAL TEÓRICO	11
4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	11
4.2 APAS	12
4.3 AGROECOLOGIA	12
4.4 ACAMPAMENTO	14
4.5 AGROVILA	14
4.6 O RURAL NO LITORAL	14
4.6.1 As Transformações Recentes	16
4.6.2 A Questão do Búfalo	18
5 METODOLOGIA	20
5.1 VIVÊNCIAS AGRÁRIAS	20
5.2 TIPO DE ESTUDO	21
5.3 COLETA DAS INFORMAÇÕES	21
5.4 LEVANTAMENTO DE BIBLIOGRAFIA	22
5.5 DESCRIÇÃO DO CENÁRIO	22
6 DISCUSSÃO	24
6.1 MUDANÇA NA FORMA DE ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA	24
7 CONSIDERAÇÕES	29
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE	34
ANEXOS	35

RESUMO

Trata-se de pesquisa qualitativa realizada no Acampamento José Lutzemberger no município de Antonina-PR, no período de dezembro de 2005 a dezembro de 2006. Este local foi motivo de estudo, por envolver a questão agrária, denúncias de posseiros sobre crime ambiental e uma nova proposta para o manejo agroflorestal agroecológico não só nas APAs, mas em todo rural desta região. Teve como objetivo levar uma reflexão para a sociedade e instituições do Estado sobre a criação de um assentamento na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Para a coleta dos dados foram utilizadas, entrevistas semi-estruturadas, relatos orais e observação participante. Realizou-se neste trabalho uma crítica acerca do modelo de gestão das Áreas de Preservação Ambiental (APAs) que hoje não abrangem a inserção social para contribuir nesta preservação. Procurou-se com base nas referências bibliográficas sobre o rural no litoral paranaense entender a maneira como se deu sua evolução, de forma a contextualizar a realidade em que se encontra o Acampamento José Lutzemberger em Antonina, no interior da APA de Guaraqueçaba. Depois de um ano de acompanhamento dos avanços no rumo a se tornar Assentamento Agroflorestal, considerou-se que: o Estado por meio de suas instituições pode resolver a questão, baseando-se em perícia técnica de degradação ambiental. Não é do interesse das Organizações Não Governamentais que se crie um Assentamento nesta região, pois caso este se mostre eficaz, vai abrir um precedente para criação de novas formas de manejo das áreas de preservação e inserção de novos protagonistas neste processo.

Palavras chave: Agroecologia; Holística; Seqüestro de Carbono.

1 MINHA BREVE TRAJETÓRIA ACADÊMICA E A MONOGRAFIA

Muitos me perguntavam, quando ainda estava no segundo grau, por que prestar vestibular para Agronomia já que morava em Curitiba, um centro urbano? - eu respondia, até com certa ingenuidade, que queria trabalhar nas cooperativas e ajudar os pequenos agricultores, como os meus tios que estavam na roça plantando nos barrancos e mal ganhavam para pagar os financiamentos.

Fui aprovado no vestibular de 1997 e ingressei no curso em outubro de 1998 depois de uma greve das Universidades Federais.

Já estudante de agronomia, busquei me inteirar do curso, muitas pessoas falavam sobre o que era mais importante, desde outros estudantes mais antigos do curso, membros de centro acadêmico, professores, e a Coordenadora Prof^a. Fernanda Zambon, que foi um grande exemplo para mim, de amor pela profissão e companheirismo aos estudantes.

Aprendemos coisas importantes sobre a agricultura, clima, solo, legislação, mas se estudava apenas superficialmente as causas dos problemas que os pequenos agricultores enfrentavam. A agricultura que se priorizou estudar nos bancos da Universidade foi a das monoculturas extensivas e das escalas de produção.

Comecei a enxergar que os agrônomos das cooperativas não fazem diferença positiva na vida dos pequenos agricultores, mas servem para a agricultura de grandes volumes de matéria prima para exportação.

Paralelo a este processo de verificar, entender, estudar, aprender, tinha que tocar minha vida fora da academia para frente, precisei voltar a trabalhar, fui admitido como garçom num restaurante próximo à Universidade durante a noite, já que durante o dia tinha a Agronomia, e nos sábados era estagiário em pesquisas que aconteciam no setor de forrageiras da fazenda da Universidade, e foi assim até a metade do curso de Agronomia.

Fiquei muito absorvido pelas atividades, que contribuíram muito na minha formação, embora tivessem momentos que me perguntava como conciliar o que aprendia com a realidade dos pequenos agricultores sem recursos.

Mas no ano 2000, um grupo de amigos me convidou para ir até Chapecó-SC, para participar de um encontro regional de estudantes de Agronomia (EREA). Em

princípio falei que não queria ir, porque achava aquilo um encontro desconectado com os assuntos do campo, e além do mais estava com problemas em algumas matérias e precisava estudar. Eles insistiram, disseram que era para eu participar dos pré-ereas (que eram momentos preparatórios e explicativos sobre o evento) e que aconteceriam na semana anterior à viagem.

Acabei indo ao EREA para ver como realmente era e talvez criticar com mais propriedade, mas fui surpreendido. Gostei do evento, participei de vários espaços de discussão, foi lá que vi pela primeira vez a agroecologia ser tratada como bandeira para os pequenos agricultores, tinha festa também, mas só depois de muito trabalho.

Desde então muita coisa se modificou na minha vida e nas minhas idéias, acabei viajando para diversas cidades para os encontros regionais de estudantes e eventos de agroecologia e também para os CONEAs, que eram os Congressos Nacionais de Estudantes de Agronomia.

Debatia-se muito, professores e estudantes faziam discursos calorosos, às vezes, nas divergências, parecia que as palavras iam dar lugar à força, mas nunca isso aconteceu, estes espaços eram de grande debate e crescimento político. Várias questões eram abordadas, como a reforma necessária dos currículos de Agronomia, os problemas no meio agrário e da agricultura nacional, e as estratégias de dominação do capital sobre o campo e as pessoas.

Neste momento parei com o estágio que fazia e ingressei num projeto de Diagnóstico Rural Participativo, que era uma parceria da Universidade com a Secretaria de Agricultura (SEAB) e a Secretaria de Agricultura de Balsa Nova (local do projeto), que contribuiu também para uma nova dimensão sobre como levantar os problemas vividos pelo pequeno agricultor.

Concluído este trabalho, entrei para o Movimento estudantil da Agronomia passei por gestões de Centro Acadêmico, DCE e, num processo muito rápido, formou-se um grupo que tinha poucas pessoas e que de certa forma, foi pretensioso, pois assumiu a Coordenação Nacional da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

Foi difícil esta decisão, eu não tinha recursos, trabalhava para me manter na faculdade e meu pai me ajudava, e na FEAB tínhamos que viajar muito pelas escolas de agronomia do país construindo o CONEA do ano seguinte levando o debate da federação para estas escolas.

Mas meus pais e amigos me apoiaram nesta decisão, fiquei um ano sem ver as carteiras das salas de aula, conheci quase todo o país, discutíamos a agroecologia e a mudança de paradigmas da agricultura nos centros acadêmicos de agronomia de várias Universidades.

Acompanhei a política um pouco mais de perto, fiquei meses na capital do país, e o que eu sempre assistia pela TV, agora eu via antes da TV mostrar, e pude refletir a esta altura, que o sistema democrático é o melhor, mas traz grandes frustrações para quem tem pressa.

Não resolvemos os problemas que queríamos e ainda sofremos grande desgaste durante um ano inteiro, porque como alguém já disse, nunca se consegue agradar a todos, mas bem, tentamos.

Novamente aos bancos da Universidade, outra vez como estudante, dois anos de luta intensa para me tornar enfim, Agrônomo.

Antes de concluir a graduação, porém, surgiu a oportunidade de participar de um curso de especialização, o Programa Residência Agrária, convênio de quatro grandes Universidades com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que acontecia com recém formados, a proposta era perfeita, trabalhar com assentamentos e pequenos agricultores.

Com o passar do tempo fui delineando o tema que iria abordar nesta empreitada, embora com grande dificuldade pois comprimir as idéias em um tópico não é tarefa das mais simples.

Por ter tido uma vivência anterior à própria especialização com pessoas assentadas dos programas de reforma agrária, decidi junto com meu Orientador o Prof. Edmilson, escrever algumas palavras sobre o caso do Acampamento José Lutzemberger em Antonina-Pr, onde havia um caso peculiar que tratava da disputa pela posse de terras e denúncias de crimes ambientais numa Área de Proteção Ambiental (APA).

No início, como ainda não havia concluído o curso de Agronomia tive dificuldade para conciliar as matérias da graduação com o tempo que precisava disponibilizar para as etapas de vivência da especialização. Muitas aulas foram sacrificadas, mas com esforço e boa vontade consegui encaminhar a graduação e ser formado.

Agora como Eng^o. Agrônomo só me restava a monografia, que deveria ser entregue no fim do próximo ano. Me detive em escrever sobre o tema da criação de

um assentamento no interior de uma Área de Proteção Ambiental, relatando o caso do Acampamento José Lutzemberger em Antonina, que passava por uma situação ímpar que envolvia a questão da posse da terra, crimes ambientais cometidos por fazendeiros e a proposta da criação de um Assentamento Agroflorestal, e da Agroecologia para o manejo nas APAs.

2 INTRODUÇÃO

A questão da dignidade de vida da pessoa humana e do modelo de preservação ambiental que desconsidera a ocorrência da co-evolução entre o ser humano e natureza e que é empregado no Brasil, é latente no litoral do Paraná, principalmente na área deste estudo, o Acampamento José Lutzemberger, localizado no Município de Antonina-PR.

Ao realizar a leitura histórica do rural no litoral paranaense, observou-se várias tentativas de desenvolvimento da economia através da agricultura, tais como a cana-de-açúcar, o arroz, a mandioca, a banana e o gengibre, assim como a exploração florestal do palmito e posteriormente da pecuária com o búfalo.

Desta forma, foram inseridas as monoculturas nas áreas rurais do litoral paranaense, as quais não se consolidaram enquanto modelo de desenvolvimento agrícola, pois desconsideraram as várias inter-relações deste ambiente único, de diversidade social, biológica e cultural. Sendo assim, fez-se presente o modelo tecnológico da revolução verde, o qual não trouxe saldo positivo para esta região, nas questões político-sociais, econômicas e ambientais.

Mesmo com as tentativas de uniformizar a região litorânea copiando o modelo de agricultura de outras regiões do estado, não se pensou nem se investiu em estratégias de infra-estrutura que sustentasse o modelo da monocultura de plantas e de animais, para as limitações de clima, relevo, solo e sociais da região.

No entanto, após o fracasso dos modelos ditos desenvolvimentistas, foram criadas as áreas de proteção ambiental, devido à fragilidade do ecossistema mata atlântica, esquecendo-se ou desconsiderando também neste processo, as comunidades humanas pertencentes ao litoral do Paraná.

Atualmente existe um grande número de pequenos agricultores desta região que permanecem sem alterar uma precária condição de vida, que se originou após a falência dos ciclos produtivos agro-exportadores. Estes agricultores não dispõem de meios para se desenvolver no meio rural, ao mesmo tempo que têm receio de abandonar sua pouca terra e partir para os centros urbanos tornando-se talvez, favelados, como aconteceu e acontece historicamente no processo de êxodo rural.

A área do estudo em questão não foge a esta mesma característica. Num curto período de tempo foi fortemente modificada pela expulsão de famílias caiçaras e posseiras. E também sofreu degradação pelo mau uso empreendido por um

fazendeiro criador de búfalos por meio da derrubada da floresta, retirada de mata ciliar do rio que passa pelo local e ainda modificação da sinuosidade do mesmo com uso de escavadeiras, além da utilização do búfalo para invadir as áreas dos posseiros e expulsá-los destas.

Atualmente as pessoas que vivem no local, são ex-posseiros da região, desempregados das fazendas de pecuária e ex-moradores da própria área, que estão lutando para modificar uma realidade atroz, de exclusão social, sendo desconsideradas na discussão conservacionista que hora se realiza entre ONGs e algumas Instituições públicas. Discussão esta, que idealiza os parques ecológicos com a presença do ser humano apenas na forma de espectador da natureza, como se o homem não fizesse parte desta natureza.

3 OBJETIVOS

3.2 OBJETIVO GERAL

Fazer uma reflexão sobre a presença humana em áreas de proteção ambiental. (APAs)

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever a forma de organização da agrovila e da proposta de manejo para produção agrícola.

Discutir o elemento social como fator positivo na preservação das (APAs).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para facilitar a compreensão do todo neste trabalho, num exercício de reflexão complexa que não observa ou estuda um ponto isolado, mas este ligado ao contexto, mesmo sendo o trabalho em questão uma monografia, optou-se por realizar uma breve descrição de alguns elementos que se fazem relevantes, que foram assim descritos neste referencial teórico para se realizar as ligações da problemática apresentada.

4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - U.C.

As Unidades de Conservação estão subdivididas em: Unidade de proteção integral ou não passíveis de manejo em que não é permitido qualquer manejo ou intervenção humana, e unidades de uso sustentável ou passíveis de manejo, que perante relatório técnico e acompanhamento profissional há um manejo de forma equilibrada, ou seja, interferindo pouco no ambiente e nestas, também é permitida a presença do ser humano como componente da paisagem.

Abaixo segue esboço comparativo sobre Unidades de Conservação passíveis e não passíveis de manejo pelo homem (BORSATO, 2006).

Unidades de Conservação

I – Unidades de Proteção Integral

Estação Ecológica
Reserva Biológica
Parque Nacional
Parque Estadual
Monumento Natural
Refúgio de Vida Silvestre

II – Unidades de Uso Sustentável

Área de Proteção Ambiental
Área de Proteção Ambiental Estadual
Área de Relevante Interesse Ecológico
Floresta Nacional
Floresta Estadual
Reserva Extrativista
Reserva de Fauna
Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural

4.2 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs), são criadas para disciplinar o manejo pelo homem dentro de unidades de conservação ambiental, e são áreas que podem ser de domínio privado por isso não precisam ser desapropriadas para este fim.

De acordo com a resolução nº10/88, artigo 1º do Código Florestal as APAs “...são unidades de conservação , destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes no local, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.”

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu artigo 15 define APA como sendo uma área “...em geral, extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e ou bem estar das populações humanas, e, tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”

4.3 AGROECOLOGIA

A agroecologia segundo Altieri (1995), pode ser compreendida como Ciência que, com um conjunto de metodologias, conceitos e princípios busca analisar, dirigir e redesenhar agroecossistemas com objetivo de obter maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos.

Uma abordagem mais geral nos é proporcionada por Guzmán e Molina (1996), para os quais agroecologia é um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais e por meio de ação social e de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica se possa reconduzir o curso da coevolução social e ecológica através de um controle das forças produtivas que neutralize seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade.

Sendo assim Gliessman (2005), reforça a agroecologia como ciência, como alternativa sustentável à produção agrícola, aproveitamento de conhecimentos tradicionais úteis conciliados aos conhecimentos ecológicos profundos dos agroecossistemas.

A agroecologia tem alguns pressupostos a serem alcançados para que seja entendida na sua plenitude, a sustentabilidade e a justiça social.

A agroecologia se consolida quando ao mesmo tempo cumpre as exigências da sustentabilidade econômica ou seja proporciona trabalho e renda, da sustentabilidade ecológica, quando propicia a manutenção e até melhoria da qualidade dos recursos naturais, social, quando inclui as populações pobres e produz a segurança alimentar, cultural, quando respeita valores e culturas tradicionais que não degradam a natureza, política, quando organiza movimentos para a mudança e ética, quando favorece a mudança na direção de valores morais transcendentes. (EMBRAPA, 2006).

Como uma formulação social relativamente nova a agroecologia é formada de movimentos de construção de conhecimentos. Por um lado, constrói-se pela relativização ou eliminação de elementos que são comprovadamente negativos do ponto de vista cultural, social e ambiental.

Por outro lado, a agroecologia propõe-se a gerar novos conhecimentos e metodologias diferenciadas e inovadoras e estratégias de recontextualização entre conhecimentos acumulados e novos, visto a complexidade de situações e realidades que ocorrem nos diferentes locais e ecossistemas produtivos do país. (EMBRAPA, 2006).

A partir destes preceitos entende-se a agroecologia como uma mudança no paradigma agrário brasileiro, pois é o rompimento com a dependência que os agricultores sofrem em relação ao pacote tecnológico das sementes. Por isso necessitar-se-á de maior número de técnicos capacitados no campo e uma mudança na relação destes com os agricultores, e dos agricultores com o ambiente tornando-os protagonistas na transformação da paisagem rural.

4.4 O ACAMPAMENTO

O acampamento é a forma primária de ocupação de terras utilizadas pelo MST como forma de iniciar um processo de familiarização das famílias com a área e permanecer sobre ela produzindo alguns alimentos até a regularização fundiária, constituição de um assentamento e elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento).

No caso de Antonina, o Acampamento José Lutzemberger foi constituído com muitas famílias que já habitavam a região. Então o processo foi fortalecido por esta união e resistência dos comunas à opressão a eles aplicada na forma de expulsão de suas terras e exclusão social.

O acampamento tem tido êxito na permanência sobre a área, porque foi uma iniciativa dos posseiros da região de resistirem na área e também por ter um vínculo forte com a comunidade local. Conseguem produzir alimentos para si e para comercializar nas feiras locais e nos eventos, onde o MST participa, gerando assim economia e deixando de ser um passivo para o município, unidos num projeto para a região e não apenas para o acampamento.

4.5 AGROVILA AGROECOLÓGICA

É um modo organizacional onde cada morador tem um vizinho próximo e trabalha em seu lote para produzir alimentos básicos e todos trabalham áreas coletivas de onde obtém produtos para comercialização.

O modelo de organização dos acampados sob a forma de agrovila agroecológica e coletiva, segue uma diretriz já tomada em alguns assentamentos estado afora a partir dos debates ocorridos nas Jornadas de Agroecologia, de modo a incentivar o cooperativismo e a produção agroecológica.

4.6 O RURAL NO LITORAL

Para compreender as realidades existentes no rural do litoral paranaense é preciso situá-las frente às transformações que ocorrem no tempo e nas quais se encaixam. No litoral do Paraná como em outros lugares, o presente nada mais é do que o reflexo de um processo histórico que contribuiu de alguma forma para os

atuais cenários e que se faz necessário conhecer para realizar projeções sobre possíveis evoluções nestes locais, (RAYNAUT; ZANONI; LANA, 2002).

A ocupação colonial nesta região deu-se por volta do século XVI e nesse contexto também ocorreu uma grande miscigenação primeiro com a população indígena que já era presente e na seqüência, com a população negra e européia, dando origem a uma formação social e cultural diferenciada, original, que denominou-se, caíçara, e que estendeu-se até o litoral paulista e carioca (DIEGUES, 1994).

O subdesenvolvimento econômico e a gritante desigualdade social em Antonina como em todo litoral do Paraná e do país, tem contribuição e origem no tempo da invasão portuguesa na região empregando uma lógica econômica anti-nacional.

Neste período seguiu-se uma característica negativa da rapinagem lusitana, de ordenar a economia segundo solicitações externas, não investindo no Brasil e deixando de gerar desenvolvimento no país enquanto nação, promovendo o enriquecimento de alguns "proprietários" de terras com o envio de matérias primas para o exterior. (RIBEIRO, 2006).

Numa fase mais recente da história agrária do litoral paranaense, (décadas de 1960/1970), pode-se perceber outro equívoco das políticas de governo para esta região, quando com incentivo fiscal viabilizou a apropriação de terras devolutas por grupos empresariais e/ou fazendeiros. Estes grupos utilizaram-se do pretexto de trazer prosperidade e desenvolvimento à região, mas utilizaram as áreas somente para explorar seus recursos, depredar a natureza e acumular riquezas, expropriando e marginalizando seus legítimos habitantes (MARCHIORO, 2002)

Esta forma de apropriação das terras foi utilizada por todo território nacional, como foi relatado por Martins (1986), que descreve um paralelo semelhante no Acre, quando grandes fazendeiros retiraram posseiros de "suas" áreas para poderem comercializar livremente estas terras.

4.6.1 As Transformações Recentes

As transformações marcantes no litoral do Paraná, implementaram-se nas décadas de 1960/1970 com medidas políticas tomadas pelos poderes públicos que visavam auxiliar o desenvolvimento de atividades agroflorestais na região.

O governo concedeu incentivos fiscais que acabaram por gerar grandes latifúndios, isto porque os ruralistas conservadores apropriaram-se de terras devolutas do estado e também das terras dos pequenos agricultores locais com objetivo de realizar outras atividades econômicas como a exploração de madeira nativa, palmito e a criação de bovinos e búfalos.

Este novo modelo agroexplorador, modificou o cenário ambiental, gerou um forte processo de degradação nos ecossistemas locais com exploração excessiva dos palmitais nativos e desflorestamento de vastas áreas de mata atlântica para implantação de pastagens visando a "criação" de búfalos (MIGUEL & ZANONI' apud RAYNAUT; ZANONI e LANA, 1998).

Neste momento o governo paranaense realizou obras de infra-estrutura rodoviária que facilitou o acesso entre Curitiba e Paranaguá e Guaraqueçaba e Antonina.

Esta malha rodoviária teve efeito determinante sobre os processos comerciais e culturais na região, os rios e vales perderam a função estruturante que levavam aos interiores da região, e o desenvolvimento concentrou-se por onde a estrada passava. (MIGUEL & ZANONI' apud RAYNAUT; ZANONI e LANA, 1998).

Com estas modificações e a inserção de novos tipos de produtores e investidores, transforma-se o funcionamento da sociedade local, assim como as condições de seu relacionamento com o espaço e com os recursos naturais.

Observando a magnitude dos impactos negativos que ocorreram, os poderes públicos iniciaram políticas de proteção ambiental específicas para a região. A partir da década de 1980 foram promulgados muitos dispositivos que desembocaram na criação de várias unidades de conservação, (UCs) e dentro destas as áreas de proteção ambiental, (APAs), no litoral do Paraná.

¹ MIGUEL, L. A. & ZANONI, M. M. Práticas agroflorestais, políticas públicas e meio ambiente: o caso do litoral Norte do estado do Paraná. In: Extensão Rural. DEAER/CPGE.R-UFSM. Vol.V, n.5, pp. 9-23, 1998.

As políticas ambientais no litoral do Paraná promoveram um acréscimo no êxodo rural, induziram, talvez até sem intenção, os pequenos agricultores a utilizar manejos mais agressivos ao ecossistema local. (RAYNAULT; ZANONI; LANA, 2002, p.242), observam ainda que:

“Se por um lado, a política ambiental obteve um relativo sucesso em controlar as agressões ambientais ocasionadas pelos latifundiários, de outro, se mostrou incapaz de reverter o quadro de pauperismo histórico vivido por grande parte das populações locais.”

Os resultados das políticas ambientais nessa região foram profundos tanto para os empresários rurais e especuladores fundiários como para os pequenos agricultores e caiçaras.

Estas políticas obrigaram mudanças nas formas de agricultura, já que, restringiram técnicas agrícolas consideradas atrasadas, como o pousio, as roças itinerantes, as derrubadas de mata em pequenas clareiras na floresta, gerando com isso um aumento na utilização de agroquímicos para manter a produtividade sobre o solo e para controle de pragas e doenças, além do aumento na rapinagem de palmito e de desflorestamentos clandestinos.

Com justiça à natureza estas medidas ambientais visam promover a preservação da biodiversidade natural, porém esqueceram-se o estado e as instituições controladoras, de pensar políticas consonantes ao processo, que auxiliassem o pequeno agricultor e as populações tradicionais a produzir seus alimentos e conseguir sua manutenção e reprodução.

A criação das (APAs), se deu com critérios socialmente limitados, dado o custo social que o processo de invasão por pessoas de fora do município gerou, somado aos impedimentos legais da prática agrícola tradicional, que mergulhou a população pertencente às (APAs) ainda mais na miséria.

Esta população foi expulsa por fazendeiros que queriam expandir suas áreas para especulação fundiária.

Por outro lado a criação destas (U.C.s) não resolveu o problema da subtração dos recursos naturais da mata atlântica porque houve um favorecimento anterior do acesso de pessoas estrangeiras à região.

Embora essas transgressões ainda aconteçam, a preservação ecológica está avançando, o que não acontece com a questão social conforme escreveu Tommasino (2000, p. 132).

“A pobreza da população rural se agudizou e não existem mecanismos de apoio, de desenvolvimento, que de alguma forma compensem a renda antes obtida com o palmito. Há o encaminhamento ao que se pode chamar de sustentabilidade “ponte”, onde a sustentabilidade social tem menos importância, ou interessa unicamente na medida em que os pobres sejam elemento degradante do ambiente”.

Ao longo do tempo as populações tradicionais que habitavam no litoral do Paraná adaptaram-se a retirar da floresta o que precisavam e a conviver com ela de forma a causar o mínimo impacto mesmo que isso ocorresse de forma instintiva.

4.6.2 A Questão do Búfalo

O búfalo tem papel importante na apropriação fundiária do litoral paranaense, visto ser este animal um componente de justificação de áreas extensivas, conseqüentemente de pressão sobre os posseiros da região, quando entra nos roçados e come o que os agricultores plantam.

Nos relatos feitos em seu trabalho, Tommasino (2000) faz uma análise dos sistemas de criação de búfalos em várias fazendas do litoral paranaense e conclui que esta criação além de causar degradação do solo e das pastagens, pelo manejo inadequado dos animais na área, causa também danos à floresta contígua, devido ao consumo de plantas jovens, brotos e partes de plantas desta floresta pelos búfalos, ressaltando que em alguns casos não há mais horizonte agricultável do solo.

A lógica econômica dos criadores de búfalos segundo este estudo era conservar a posse das terras para especulação fundiária e não a reprodução econômica das fazendas.

O búfalo foi inserido na região apenas para atender ao anseio dos grandes fazendeiros da região de avançarem sobre novas áreas, processo que já vinha das décadas de 1960/70, com a perspectiva de valorização das áreas pela possível abertura da PR 405 e continuação da BR 101, que ligaria o litoral do Paraná ao sul de São Paulo (MARCHIORO,2002).

Com a crescente pressão exercida sobre estes neo-latifundiários pelos movimentos ambientalistas, as restrições legais para a região, e o fato da não abertura da BR 101, estes começam a abandonar a atividade pecuária na região.

O estudo sobre a criação de búfalos na região permite situar o debate em torno da pecuária nas fazendas que ainda exercem esta atividade, considerando seus planos econômicos e ecológicos, pois a proposta destas fazendas na forma como foi executada, não contempla nem o ambiente nem a sociedade, pois a floresta foi derrubada, o solo descoberto e degradado e a população oprimida.

Este manejo inadequado, que não concilia a atividade produtiva com o ambiente, também gerou impactos severos nos recursos hídricos, pois com a destruição das margens dos rios e córregos aumentaram os resíduos sólidos e assoreamentos nos rios. Como cita Amato et al, apud Tommasino (2000) os efeitos do mau manejo realizado pelos criadores de búfalos permanecerão por muito tempo já que parte significativa da floresta foi removida e hoje está substituída por pastagens.

As implicações da substituição desta floresta por pastagens, são observadas hoje, quando as chuvas constantes que ocorrem na região, não são absorvidas pela infiltração no solo, causando períodos de forte encharcamento do terreno.

A pressão exercida pelos criadores de búfalos sobre os pequenos agricultores na área deste estudo, pode ser observada pelos relatos presentes no documento feito pela COTRARA (2006, p.18), tal como:

“não há cerca que os impeça [os búfalos] de avançar em busca de alimento. Caso na área de criação haja falta de alimentos, estes avançam sobre as cercas, invadindo os pequenos roçados das áreas de posseiros da região em busca de comida. Dessa forma, têm os fazendeiros, suas áreas de pastagens expandidas, ao custo da destruição das matas e dos prejuízos e intimidação causados aos posseiros, forçando-os a sair das áreas e limitando suas condições de sustento”, corroborando com o que foi escrito nos trabalhos supracitados, sobre a lógica da especulação fundiária.

5 METODOLOGIA

5.1 VIVÊNCIAS AGRÁRIAS:

Neste período que durou 6 meses, foram percorridas várias localidades do estado, tais como: - Assentamento Contestado no município da LAPA, Acampamento Emiliano Zapata no município de Ponta Grossa, vilas de pequenos agricultores no Vale do Ribeira, pequenos agricultores em todo o litoral paranaense e o Acampamento José Lutzemberger no município de Antonina.

O objetivo das visitas neste momento foi de traçar um paralelo sobre os modelos de agricultura adotados e a problemática vivida por pequenos agricultores, e assentados da reforma agrária dos movimentos sociais organizados.

A condição em comum observada em ambos era e ainda é a precariedade de infra-estrutura e a falta de apoio técnico.

Na seqüência às etapas de vivências, e nas diferentes localidades houve discussão com os orientadores para elaboração dos temas sobre os quais seria pertinente realizar uma abordagem. Neste dia seguiu-se uma apresentação mínima das temáticas que permeavam o curso, as linhas gerais e a transversalidade da agroecologia.

Os orientadores que até o momento dedicavam-se a discutir e dar sugestões nas apresentações de resultados das vivências, neste momento tiveram que se familiarizar com os temas pontuais propostos pelos estudantes e discutir com estes particularmente seus temas para posteriormente haver a decisão em conjunto, sobre como o trabalho poderia ser desenvolvido e também como se daria o processo de orientação que seria a partir de então, individual ou em dupla conforme disponibilidade de tempo do professor orientador.

A partir daí foi que orientamos nosso trabalho para uma localidade dentre as tantas conhecidas. Optou-se por realizar uma abordagem do processo de ocupação da área onde se localiza o Acampamento José Lutzemberger, porque neste local reúnem-se condicionantes importantes de serem observadas, quanto à ocupação de terra e sobre a questão agrária com relação às áreas de preservação ambiental.

No Acampamento José Lutzemberger foi que tive uma impressão mais forte do desamparo pelo qual passam as pessoas quando estão sem casa, sem emprego

e sem terra, quando vão para debaixo de lonas em busca do sonhado pedaço de chão para produzir seu sustento.

5.2 TIPO DE ESTUDO

Neste estudo optei pela pesquisa exploratória de abordagem analítica qualitativa por considerar que permite melhor aproximação do objeto de estudo e possibilita a compreensão dos aspectos singulares e específicos de certa realidade. Segundo Gil (1999, p. 43): "a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis posteriormente e são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato".

A metodologia qualitativa busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre, permitindo desta forma a observação de vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo, bem como classificar um comportamento através do aprofundamento no evento. Permite indagar as questões sociais, filosóficas da população estudada.

5.3 COLETA DAS INFORMAÇÕES

Utilizei para levantar informações, os relatos orais juntamente com os históricos de vida das pessoas, que foi a forma mais fácil para se estabelecer uma conversa informal em que os participantes não se sentissem constrangidos em falar. Subseqüente a esse passo, utilizei-me de entrevista semi-estruturada que conforme Minayo (2004, p. 121) "as entrevistas semi-estruturadas ou não estruturadas podem ser feitas verbalmente ou por escrito, mas tradicionalmente incluem a presença ou interação direta entre o pesquisador e os atores sociais e são complementadas por uma prática de observação participante".

Nas entrevistas para manter a discrição acerca dos dados pessoais dos entrevistados foram estes classificados por siglas de um A seguidos de número, como por exemplo, A1 e A13.

Importante lembrar que antes de decidir por realizar as coletas de informação nos relatos orais, nas entrevistas semi-estruturadas, nas caminhadas de observação

participante pela área, foram feitas várias visitas aos acampados para construir uma relação de confiança destes para com o pesquisador, mesmo estes acampados sendo sempre muito receptivos e solícitos.

Seguimos uma certa rotina de visitas e vivências de dias no acampamento, explicando o que estávamos fazendo ali, realizando atividades em conjunto, fazendo as refeições com eles, dormindo em suas casas, conhecendo um pouco de seu cotidiano, para só depois partirmos para uma coleta de informações.

Neste período que teve duração de 8 meses (fevereiro a outubro de 2006), realizei tomadas de informação com 18 moradores da área, utilizando a forma de diálogo ou relatos orais que eram anotados depois das conversas.

Nos relatos orais os moradores descreveram um histórico de suas vidas, como chegaram até a região e se mantiveram até o estágio que hora viviam, das agruras que passaram durante o primeiro ano de acampamento, quando ainda estavam na estrada fora da fazenda, destes relatos obtive informações que foram utilizadas no texto.

5.4 LEVANTAMENTO DE BIBLIOGRAFIA

Neste momento que transcorreu paralelo às outras atividades da especialização, procurou-se informações sobre o litoral como um todo, na tentativa de elucidar um pouco o processo de ocupação do meio rural e os fatos históricos envolvidos. Foram levantadas referências em teses e dissertações a respeito do litoral paranaense. Buscou-se livros e jornais na biblioteca do estado sobre a agricultura, a colonização, bem como reportagens sobre o processo de ocupação da área em questão com as notícias publicadas do episódio. Cruzaram-se as informações obtidas dos posseiros e acampados, com os materiais bibliográficos encontrados para, a partir disso, ter maior clareza do processo histórico e sócio-ambiental da área, desde sua ocupação até os dias de hoje.

5.5 DESCRIÇÃO DO CENÁRIO

A área do Acampamento medida pela equipe Técnica da COTRARA é de 228,8486ha e a área registrada é de 193,6ha e está matriculada no Livro de

6 DISCUSSÃO

6.1 A MUDANÇA NA FORMA DE ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA

Os ex-criadores de búfalos num momento mais recente (década de 1990) são beneficiados por projetos macrorregionais conservacionistas internacionais de seqüestro de carbono, que leva a uma nova valorização das áreas anteriormente adquiridas e conseguem vendê-las para Organizações Não Governamentais (ONGs) que administram estas áreas sob a tutela de instituições públicas, do Estado e da Federação. (TOMMASINO, 2000).

A lógica da especulação de terras sofreu uma metamorfose, pois no século 17 com a invasão lusitana na região o objetivo era extrair riquezas e levar para a coroa, no século seguinte continuou-se a exploração indiscriminada, porém neste período por pessoas que implantaram um sistema produtivo que justificou a apropriação de grandes extensões territoriais para aumentar sua área original e comercializá-las.

No século passado seguido pelo atual vivemos a criação de Unidades de Conservação, Áreas de Preservação e Parques nestas mesmas áreas com irregularidades e com histórico de espólio e degradação ambiental para comercializar cotas de carbono com países que não possuem florestas para este fim.

Recentemente um estudo do Prof. Zung Che Yee (2005), descreve que, todos os imóveis pesquisados dos projetos de reflorestamento de palmito são viciados. As fraudes de terras geraram sobreposições de títulos de diferentes proprietários nas mesmas áreas, fator explicativo dos conflitos sobre a posse da terra na região, com geração de planos de manejo de espécies nativas em áreas enormes, mas que na realidade eram a mesma área computada duas vezes, propiciando condições para degradação da mata atlântica.

Este trabalho é importante porque aborda justamente a região onde se localiza o Acampamento, ao dizer:

“os elementos aqui trazidos demonstram que, a partir de uma área originalmente localizada em Antonina, deu-se através de processos distintos (via Revalidação pelo Estado do Paraná e, via autos de inventário), a dois títulos dominiais distintos, respectivamente, a transcrição nº2.225 do Livro 3-F, em 09.11.1954, com 35.532,33há, ainda vigente, e, a transcrição 2.886 do Livro 3-F, em 20.06.61, da mesma origem do título retro mencionado,

com área de 39.273,07há, sendo o último, passando dos limites originários até então restritos no Município de Antonina, para também aos Municípios de Guaraqueçaba e Campina Grande do Sul, contendo a utilização de nome das áreas como de: "Rio Pequeno", "Tapera Grande" e "Limoeiro" ou "Sítio do Limoeiro" (YEE, 2005,p.10).

Por conseguinte , a conclusão do relatório é de que todos os desdobramentos originários da transcrição n.º 2.886 do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis de Antonina são passíveis de nulidade.

Mesmo com este levantamento, a condição permanece inalterada até os dias atuais, o que de certa forma é favorecido pela permanência da mesma sistemática de aprovação de projetos de naturezas diversas por parte dos órgãos que regem os programas ambientais, especialmente da ocorrência de concentração de Reservas Particulares de Preservação Natural (RPPN's), e projetos de comercialização de carbono (CO₂) na região que por serem fomentados por algumas ONG's ambientalistas tomam-se fator adicional nos conflitos agrários do local. (COTRARA, 2006).

Com este novo cenário, o das reservas naturais assépticas de seres humanos, fomenta-se uma lógica no sentido de constituir locais especializados à agricultura de escala, o grande agronegócio das monoculturas, onde vive o fazendeiro, os parques, onde existe uma floresta e sua fauna, e os centros urbanos, onde vive o povo, que passa a ser entendido apenas como consumidor.

Nesta conjuntura, de criação de áreas de preservação e ONG's administradoras de parques ecológicos, os acampados conseguiram permanecer na área da fazenda ocupada porque o suposto proprietário havia cometido graves crimes ambientais e os acampados que em grande maioria eram ex-posseiros da região em conjunto com a organização Terra de Direitos, formalizaram junto à justiça uma denúncia de crime contra a natureza.

Esta denúncia foi também relatada pelo jornal do Estado do Paraná em 2 de abril de 2004,(p.8) conforme segue:

"...O objetivo da ação é denunciar crimes ambientais praticados na fazenda, como o desvio de dois rios e a derrubada de mata nativa. Agricultores do vale do Rio Pequeno estão sem acesso à água desde que o curso de dois rios foi desviado. Os Rios Barbudo e Pequeno, que tiveram seus cursos desviados, não passavam pela fazenda São Rafael, mas seus cursos foram desviados deixando 12 produtores rurais sem acesso à água. Os rios passavam pelos seus sítios. Segundo o produtor Alventino Marcos de Souza, 76 anos, a intenção do dono da fazenda é expulsar os pequenos proprietários da região. " Ele quer grilar nossas terras", acusou.

Há 26 anos na região, produz farinha de mandioca, rapadura, açúcar mascavo, cachaça e cultiva mandioca, cana, palmeira e café. “Nesses 26 anos que estou aqui, construí duas casas de alvenaria e criei meus filhos, tudo isso com a produção agrícola, mas sofrendo todo tipo de pressão e ameaças para deixar minha propriedade, de pouco mais de 12 alqueires”, contou.

No tempo comunidade, que ficamos no acampamento, além de ouvir e confirmar estas informações com vários moradores, observamos a depredação cometida sobre a mata ciliar e a condição do rio (foto no anexo 5), e a partir de informações comprovadas por antigos moradores e os atuais, como no relato abaixo:

“... o fazendeiro patrolou o rio e ficamos sem água durante muito tempo, ele queria formar uma linha reta com o rio para ficar fácil a lida com os búfalos.” (A1, dezembro, 2005).

Observou-se também que há uma variação no número de famílias residentes na área, visto que algumas desistem e outras se aproximam, mas existe um fixo de 30 famílias, oscilando para 40 quando outras pessoas vem se agrupar ao acampamento. Também existem diferenças e nuances nos modos de associativismo, cooperação e permuta entre os pequenos agricultores locais e os acampados, que são de difícil observação neste momento, visto que não é este o objetivo central do trabalho.

O resgate da dignidade das pessoas que lá estão e sua conseqüente transformação social de espectadores para protagonistas deste processo, é fundamental para que estas trabalhem em função de sua emancipação enquanto seres humanos. Atualmente estas pessoas tem uma ocupação, seja na manutenção de seus lotes, seja nas áreas coletivas. (Anexos 6 e 7).

Nas conversas (relatos orais) que tivemos com as pessoas do acampamento, uma regra é geral, essas pessoas foram excluídas pela forma como a sociedade se organiza e gera riquezas, e decidiram seguir a proposta agroecológica para mudar o rumo de suas vidas. São desempregados, que tem pouca escolaridade ou devido à idade não conseguem emprego, expropriados dos bens de usos e de produção pelo mercado, ou foram roubados e perderam tudo que tinham, como na fala a seguir: *“...trabalhava vendendo doces na periferia com uma kombi velha, um dia colocaram uma arma na minha cabeça e me roubaram, era tudo que tinha, tenho mais de 40 anos, não tinha chance de trabalho na cidade”*. (A2, junho, 2006)

Também moram no acampamento ex-operários das próprias fazendas de búfalos, como no caso de um ex-morador remanescente dos povos caiçaras, que retornou a convite dos acampados, foi trabalhador volante para os criadores de búfalo, e para todo tipo de empregador que aparecia, por ser analfabeto foi explorado e enganado pois o levaram para trabalhar em São Paulo e não pagaram, conseguiu voltar e morava na periferia de Antonina, não fosse o convite para que vivesse ali do seu trabalho, sob um teto que ele mesmo construiu, como ele mesmo afirma: “...nasci aqui, trabalhava como volante, fui embora, nunca tive nada, aqui me acolheram...” . (A9, agosto 2006)

Resgatamos em 12 entrevistas e nas conversas que, a área agora tomada em parte pela brachiária era bem composta por florestas. Mesmo quando um antigo fazendeiro criava gado neste terreno, mantinha muitas árvores em meio às áreas de pasto, conservando o ambiente, além de propiciar livre passagem às pessoas por sua área de terra e com livre acesso ao rio e aos morros.

Pode-se verificar a condição do ambiente em fotos retiradas de áreas vizinhas com o mesmo modelo que antes era adotado no local com criação de búfalos. (Anexo 4).

Nestas entrevistas também apareceu que, o sujeito que comprou a área para criar búfalos teve um tratamento agressivo com os antigos posseiros, que pode ser constatado nos relatos a seguir:

“... ficamos um ano acampados entre as terras de um posseiro e a estrada, e atearam fogo nos nossos barracos...” (A11, abril, 2006)

“... a pressão sobre nós aumentou muito, nos ameaçavam todos os dias...” (A5, abril, 2006)

“... Os dois fazendeiros contrataram jagunços para nos intimidar...” (A14, abril 2006).

Este fazendeiro também colocou porteiras nas estradas, cercou e fechou os acessos aos bens naturais que são o rio e as matas, ameaçou com armas de fogo, começou forte pressão sobre os posseiros da área para que fossem embora, e muitos realmente foram.

Conforme testemunho dos entrevistados, os capatazes e o filho deste fazendeiro disparavam tiros apavorando as pessoas que ali viviam, soltavam os búfalos dentro das áreas de posseiros e estes se viam intimidados, pois suas roças

ficavam destruídas e suas perdas não eram ressarcidas, o que gerava conflitos entre os posseiros e o fazendeiro.

Como em sua maioria os povos tradicionais caiçaras eram ordeiros e pacíficos e resignavam-se, na maior parte das vezes, procuravam ocupação e moradia nas periferias ou em outros municípios, quando não em outras fazendas de criação de búfalo, segundo os moradores mais antigos com quem falamos.

Somente agora com a resistência dessas famílias de posseiros e a união destes com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, estas pessoas podem retornar ao local onde criaram uma identidade e viveram por gerações.

Desperta-se com o exposto uma reflexão da discussão não realizada sobre a dignidade e a vida das pessoas que habitam nas unidades de conservação, neste caso a (APA) de Guaraqueçaba, invocando o que diz a Constituição Federal do Brasil de 1988.

O Estado democrático e de direito tem como fundamentos:

II – a cidadania, e III – a dignidade da pessoa humana, já no seu artigo 3º, inciso III, (p.19) – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Capítulo II - que trata dos direitos sociais - artigo 6º, (p.25) - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança e a previdência social.

Capítulo VI – sobre o meio ambiente – artigo 225, (p.135) - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

7 CONSIDERAÇÕES

Pelo direito dos povos de ter acesso às condições básicas de vida e por ser o Acampamento Agroflorestal José Lutzemberger uma experiência inovadora no sul do Brasil pautada no ser humano, na produção e no trabalho coletivos e na organização comunitária para buscar o crescimento de todos, é que durante todo período em que ficamos a campo nas horas comunidade e coleta de informações, nos sensibilizamos a participar deste debate.

A impressão que se tem sobre essa microrregião quando se permanece nela por algum tempo é que o acampamento está sempre se conscientizando para a formação política e organizativa da população.

Tanto no acampamento como em seu entorno há uma dinamização econômica, com inserção em feiras, e eventos na cidade e em outros municípios levando os produtos do local para comercialização e troca.

A proposta destes agricultores para o Assentamento, é o trabalho cooperativo em sistema agroecológico, como foi constatado em várias entrevistas feitas ao longo de um ano.

Porém, este trabalho cooperativo nada tem que ver com o cooperativismo comercial que hoje domina o campo brasileiro. Não é um cooperativismo em que os agricultores reúnem suas produções para conseguir vender a um preço melhor, mas reúnem-se para planejar o que produzir e por quê produzir determinado alimento visando com isso criar uma maior autonomia dos agricultores sobre suas vidas.

Na forma organizativa que adotaram, a agrovila, mesmo com precariedades de estrutura e dificuldades financeiras pelas quais atravessam, os moradores conseguem se ajudar de forma cooperativa, na tentativa de ingresso à condição de cidadãos.

Há um resgate de valores tais como, o trabalho coletivo, o modo de vida pautado no ser humano, na produção de alimentos, na sustentação das famílias e da natureza, não desconsiderando a importância econômica das atividades. Além disso a área ocupada hoje com trinta famílias tem uma melhora gradativa de sua biodiversidade, visto que estes acampados trabalham constantemente para repovoar o local com plantas nativas.

Sob o prisma de um novo modelo de elaboração de projetos progressistas que requer holismo acerca da questão do desenvolvimento, as instituições públicas de pesquisa e extensão rural têm em suas mãos uma boa oportunidade de rompimento com o modelo tecnocrata de difusão e venda de pacotes tecnológicos, abrindo uma possibilidade de propostas horizontais, da construção de conhecimentos novos, baseados na coletividade, no empirismo, no saber acadêmico/científico e valorizando os saberes tradicionais acumulados por gerações.

Poder-se-á pensar uma agricultura integradora, uma mudança nas relações com o ambiente, uma produção de alimentos regionais em detrimento da tentativa de uniformidade reducionista e homogeneizadora das culturas agrícolas anuais exclusivamente para exportação que rege o modelo de produção do e no campo país afora, levando a uma perda da biodiversidade nos ecossistemas regionais.

Hoje como sempre foi, a questão da reforma agrária propriamente dita é urgente e fundamental, pois de outra forma a sociedade como um todo aprofundar-se-á ainda mais na barbárie, que impera não mais apenas nos centros urbanos, mas também nas zonas rurais do país.

O grande esforço realizado por estes acampados, moradores, é um projeto de desenvolvimento que promova o bem estar de todos indistintamente o que não vem acontecendo nos atuais projetos de desenvolvimento. Uma proposta como esta é importante para a região porque estes agricultores deixam de ser um passivo para o Estado e passam para a condição de ativos na geração de riquezas e na conservação ambiental.

O Estado, nestes casos, precisa mediar a situação porque é ele que tem mecanismos para isso, para auxiliar num processo de desenvolvimento do ser humano e preservação da natureza, atuando o Estado como promotor do desenvolvimento e deixando a situação de fiscalizador apenas, o que caracterizaria o estado mínimo que na conjuntura atual engessa a nação.

O desenvolvimento num sentido amplo pode ser entendido como a promoção de potencialidades socioculturais e econômicas em perfeita harmonia com seu entorno ambiental (GUZMÁN et al, 1996).

O dilema enfrentado pelas pessoas do Acampamento Lutzemberger é mostrar às autoridades competentes que é possível a interação homem + natureza com benefícios recíprocos, demonstrando que na área onde antes tinha um proprietário,

estava degradada, sofria ataques ao ambiente e habitavam três funcionários, no presente momento vivem trinta famílias e está num processo de recuperação ambiental e promoção de manejos equilibrados.

Estas famílias estão organizando sua produção de forma conciliadora com a recuperação ambiental com muito custo, já que o apoio que recebem é quase nulo. Esta demonstração vem no sentido oposto ao modelo de criação de parques onde a presença humana se dá apenas na forma contemplativa, como se o ser humano não fizesse parte da natureza.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (Ed.). **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: MAPA, 1995 p. 151-203.

BRASIL, **Constituição Da República**, Edição Revisada, Ampliada e Atualizada até Emenda Constitucional nº48. Editora Escala - Brasil – 2006, p.19, p.25 e p.135.

BORSATO, R. S. Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzemberger. **Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa)**. UFPR. Curitiba, 2007. 48 p. (Em Publicação).

CAPORAL, R.F. ; COSTABEBER, J.A., **Perspectivas para uma nova extensão rural, Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, textos selecionados, 22 p. 13 a 17 e 21 a 23.

COTRARA, **Proposta do projeto de Assentamento Agroflorestal**, José Lutzemberger, Curitiba-Pr – 2006, p. 9-11 e 18-20.

DIEGUES, A. C. S., **O mito moderno da natureza intocada**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, São Paulo – 1994.

ESTADES, N.P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR-Curitiba-2003, p.25-41.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, R.S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**, 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 53-67.

GRUPO DE TRABALHO EM AGROECOLOGIA. **Marco Referencial em Agroecologia**, EMBRAPA - Brasília – 2006, p. 1-34.

GUZMÁN, S. E MOLINA G. M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). **El campo y la ciudad**. Madrid: MAPA, 1996. p. 153-197.

MARCHIORO, N.P. A Sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná: o caso de Morretes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Em busca da interdisciplinaridade**, Curitiba : UFPR, 2002, p.195-211.

MARTINS, J.S. **A reforma agrária e os limites da democracia “na nova república”**, São Paulo: Hucitec, 1986, p.50,68-69.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004

PAULUS, G. E SCHLINDWEIN, S.L. Agricultura Sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?, **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, V2, nº3, 2001 p. 45-49.

RAYNAUT, C. ZANONI, M. E LANA, P.C. O desenvolvimento Sustentável Regional: O que Proteger? Quem Desenvolver?, **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Em busca da interdisciplinaridade**, UFPR, Curitiba,2002 p. 235-248.

RIBEIRO, D., **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, São Paulo-2006. p. 249-277. (1ª edição de bolso)

TOMMASINO, H., A Crise da Criação de Búfalos em Guaraqueçaba: do “ouro negro” ao “ouro branco” e ao Seqüesto de Carbono, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR-Curitiba-2000, p. 113-132.

YEE, Zung Che - Investigações de Fraude de terras como instrumento de gestão. In: **8º Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**, ANAIS, FGV. Nov.2005, 11 p.

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIOS QUE FORAM APLICADOS NAS HORAS
COMUNIDADE DURANTE O ANO DE 2006**

Sobre a História Da Área

Pergunta feita somente às pessoas mais antigas na região

Como era este local quando o Senhor (a) veio para cá?

Sobre a História da Ocupação da Área

Por que chamaram o MST?

Por que resolveram entrar na Fazenda?

Sobre a História das Pessoas e do Acampamento

O que fazia antes de vir para cá?

O que faz com o que consegue produzir?

O que compra no mercado?

Por que veio para o acampamento?

O que pensa da agroecologia?

O que pensa sobre o seu futuro?

O que mudou na sua vida depois que veio para o acampamento?

Pergunta feita para o vizinho.

O que o Senhor acha do Acampamento?

Para duas instituições públicas

Qual a posição da instituição sobre a criação de um Assentamento na área aonde se localiza o Acampamento José Lutzemberger em Antonina?

ANEXOS

Anexo 1 – Reportagem do jornal “O Estado do Paraná”, Relatando Ocupação Para Denúncia de Crime Ambiental.

Anexo 2 – Denúncia Formalizada Ao Secretário de Segurança Pública Do Paraná Pela ONG Terra de Direitos Sobre Atos de Violência em Ocupação de Terra no Município de Antonina – PR.

Anexo 3 – Depoimento À Polícia Civil Respondendo À Acusação de Furto Onde Aparecem Relatos Do Estado de Tensão Que Havia Na Área da Ocupação.

Anexo 4 – Fotos De Área Vizinha Ao Acampamento Com Criação De Búfalos.

Anexo 5 – Rio Após Modificação De Sua Sinuosidade e Sem Mata Ciliar.

Anexo 6 – Horta Comunitária Orgânica Do Acampamento, Rumo À Agroecologia.

Anexo 7 – Produção Diversificada Nos Lotes, O Caminho Para A Agrofloresta.

Anexo 8 – Foto Aérea Retirada Da Proposta Do Projeto De Assentamento Agroflorestal Realizado Pela Cotrara.

Anexo 9 – Croqui De Uso Atual Do Solo Realizado Pela Cotrara Em 2006.

Anexo 10 – Esboço Da Proposta De Uso Do Solo Realizado Pela Cotrara Em 2006.

**ANEXO 1 - REPORTAGENS DO JORNAL "O ESTADO DO PARANÁ",
RELATANDO A OCUPAÇÃO REALIZADA PARA DENUNCIAR
CRIMES AMBIENTAIS NA ÁREA**



CIDADES

Sem-terra denunciam crime ambiental

Portaria proíbe pesca no Nhundiaquara e afluentes

O presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Rasca Rodrigues, baixou ontem uma portaria proibindo a pesca e o consumo de peixes oriundos dos rios Nhundiaquara e seus afluentes Caninana, Macaquinho, Ponte Alta e Bom Jardim. Esses foram os rios atingidos por grãos de soja e milho provenientes do descarrilamento do trem da ALL na ferrovia que liga Paranaguá a Curitiba, ocorrido no último domingo. A determinação do IAP é válida por tempo indeterminado.

Não será permitida a pesca em toda a extensão dos afluentes. No Rio Nhundiaquara, a portaria estabelece como proibido para pesca o trecho localizado 200 metros acima da ponte de ferro até o Iate Clube de Barreiros.

Já estão sendo encontrados peixes mortos devi-

do à falta de oxigênio na água dos rios. A redução da taxa de oxigênio é consequência da fermentação dos grãos de soja e milho.

Orientação
O IAP está promovendo um trabalho de conscientização dos moradores próximos ao local do acidente para que não haja o consumo dos peixes. Segundo Sebastião Carvalho, chefe do escritório regional do IAP em Paranaguá, equipes do Instituto e da ALL estão visitando todas as casas da região para orientar a população quanto à proibição.

Além deste trabalho de orientação à comunidade, técnicos do IAP recolheram peixes para a realização de análises do grau de contaminação. As espécies mais encontradas na região são lambari, cascudo e bagre.

Policiais militares passaram boa parte do dia de ontem na localidade de Rio Pequeno, em Antonina, verificando a situação próxima à Fazenda São Rafael, ocupada por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na quarta-feira. O proprietário do local, Pedro Paulo Pamplona, conseguiu o mandado de reintegração de posse e o enviou à Secretaria de Segurança Pública (Sesp), que repassou à PM local. O objetivo é elaborar um plano para que as famílias saiam da área de maneira pacífica.

Os sem-terra bloquearam a estrada do Rio Pequeno em dois pontos e construíram barracas já dentro da fazenda, segundo a PM. A direção do MST informou que o objetivo da ação é denunciar crimes ambientais praticados na fazenda, como o desvio de dois rios e a derrubada de mata nativa.



Além do desvio dos rios, mata nativa foi derrubada.

Agricultores do vale do Rio Pequeno estão sem acesso à água desde que o curso de dois rios foi desviado. Os rios Pequeno e Barbudo, que tiveram seus cursos desviados, não passavam pela Fazenda São Rafael, mas seus cursos foram desviados, deixando 12 produtores rurais sem acesso à água. Os rios passavam pelos seus sítios.

Segundo o produtor Avelino Marcos de Souza, 76 anos, a intenção do dono da fazenda é expulsar os pequenos proprietários da região. "Ele quer grilar as nossas terras", acusou. Há 26 anos na região, produz farinha de mandioca, rapadura, açúcar mascavo, cachaça e cultiva mandioca, cana, palmeira e café. "Nesses 26 anos que estou aqui cons-

trui duas casas de alvenaria e criei meus filhos, tudo isso com a produção agrícola, mas sofrendo todo tipo de pressão e ameaças para deixar minha propriedade, de pouco mais de 12 alqueires", contou.

Incra
O secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, esteve ontem na sede do Incra, em Curitiba, onde garantiu a saída de 17 famílias de agricultores sem-terra que tinham ocupado o prédio na quarta-feira. As famílias eram oriundas de várias regiões do Paraná. Depois de negociações com líderes do movimento, os invasores aceitaram desocupar o prédio pacificamente. Numa reunião entre integrantes do movimento dos sem-terra e a Comissão de Conflitos Agrários da Secretaria da Segurança ficou decidido que as famílias serão cadastradas pelo Incra. (Lawrence Manoel, colaborou Erly Ricci)

PANORAMA

Mentira, mas só de brincadeira

Hoje é comemorado o Dia da Mentira no mundo todo, quando muitos aproveitam a data para inventar o que quiserem. No entanto, quando o comportamento dura o resto do ano, é sinal de que alguma coisa está errada. É preciso procurar ajuda. O mentiroso acaba tendo problemas de relacionamento tanto no trabalho quanto na vida social. Os pais devem ficar atentos ao comportamento dos filhos, pois muitas vezes o desvio de comportamento tem origem na infância.

O presidente do Conselho Regional de Psicologia, Dionísio Banaszewski, explica que até os cinco anos de idade a criança vive num mundo de fantasias. Ela inventa uma série de histórias comuns para a idade. No entanto, a partir dessa fase, os pais devem ficar atentos com o comportamento relacionado a situações reais vivenciadas por ela. "Por exemplo, se ela quebra um copo e inventa uma história para esconder o fato com medo de ser penalizada, ela está mentindo", explica. Outra situação comum é as crianças esconderem algum problema que ocorreu na escola.

Nesses casos, os pais devem incentivar os filhos a falar a verdade. Depois que o fato for narrado, procurar orientá-las questionando qual a ação correta que deveriam ter praticado. No entanto, nessa hora é comum os pais meterem os pés pelas mãos. A única coisa em que pensam é em aplicar um castigo. A criança vai acabar achando que é melhor esconder a verdade. Por outro lado, não dá para considerar que está tudo bem só porque o filho falou a verdade. "Orientar é o caminho", reforça Dionísio. (Elizangela Wronski)

Greve a vista

Os trabalhadores técnico-administrativos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3.º Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e litoral e demais categorias do funcionalismo público federal do Paraná realizam hoje um ato conjunto. A manifestação prepara a greve unificada dos servidores, que deve ter início ainda este mês, e será uma demonstração de apoio às categorias já paralisadas, como a Polícia Federal e a Advocacia Geral da União. O ato também faz parte do calendário de mobilizações

Hepatite - Foz

A Secretaria da Saúde de Foz do Iguaçu intensificou esta semana a vacinação contra a hepatite B, em todos os núcleos e postos de saúde do município. A intenção é imunizar pessoas de até 19 anos que ainda não tomaram as três doses que evitam a doença. A hepatite B é uma doença causada por um vírus, transmitido através do sangue e relação sexual. As pessoas infectadas apresentam sintomas como vômito, dor de barriga, fraqueza, febre amarelada, urina escura e fezes claras.

CIDADES

Fazenda em Antonina bloqueada por sem-terra

Líderes dizem que não houve invasão, mas dono vai pedir reintegração

Lawrence Manoel

Cerca de 50 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) bloquearam a entrada da Fazenda São Rafael, na localidade de Rio Pequeno, a 30 quilômetros do centro de Antonina, durante todo o dia de ontem. Conforme a coordenação do movimento em Curitiba não houve invasão. A Polícia Militar (PM) na cidade, porém, informou que foi procurada pelo proprietário da área, Pedro Paulo Pamplona, informando sobre a ocupação e avisando que entraria na Justiça pedindo reintegração de posse.

Segundo o MST, o objetivo do bloqueio é chamar a atenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) para os crimes ambientais que estariam sendo praticados na fazenda. Conforme os sem-terra, dois rios tiveram seu curso desviado e a mata nativa foi derrubada pelos administradores da fazenda. O MST informou que

Stédile confirma depoimento

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, confirmou sua presença hoje, às 10 horas, na CPI da Terra para prestar depoimento. A informação foi prestada ontem pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPI. Ele disse que, além de Stédile, estarão na audiência pública, o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomás Balduino e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agri-

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já foi avisado sobre o que vem acontecendo na propriedade de Pedro Pamplona.

Segundo o tenente Cristiano Stocco Rosa, da PM de Antonina, as famílias já estavam acampadas próximo à área há uma ano. "Fui até o local onde encontramos duas barreiras. Uma com pneus de caminhão e a duzentos metros um cami-

cultura (Contag), Manoel José dos Santos.

Ontem, o ministro de Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, negou que o governo tenha cedido às ameaças de Stédile, que sábado afirmara que infernizaria o País em abril com invasões de terra caso as metas de assentamento não sejam cumpridas. "Não concordo (que o governo esteja cedendo a ameaças) porque o País está vendo o governo trabalhando fortemente por um

contou, lembrando que as barracas do movimento foram armadas a quinhentos metros das barreiras, já dentro da fazenda. Stocco informou que aguardava orientação vinda de Curitiba para tomar qualquer providência em relação à situação.

Araupel

Segundo o advogado da Araupel, Paulo Macarini, a empresa protocolou ontem

programa prioritário. O governo não se condiciona, mas escuta e respeita. Não vamos deixar de trabalhar por causa de movimentos que fazem parte de uma História que é o 1.º de abril, o 1.º de maio do nosso País na luta pela reforma agrária", disse o ministro.

Rosseto também afirmou não achar correto comentar as declarações de Stédile. Segundo ele, os movimentos sociais têm responsabilidades e respondem por suas opiniões.

uma parte de sua fazenda, conhecida como projeto 13 A, ocupada por 150 famílias do MST no início da semana. Conforme a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), PMs continuavam no local vigiando para que não acontecessem conflitos. Na manhã de ontem, a Sesp cumpriu mandado de reintegração de posse e retirou de forma pacífica 15 pessoas que ocupavam

ANEXO 2 – DENÚNCIA FORMALIZADA AO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE ATOS DE VIOLÊNCIA OCORRIDOS EM OCUPAÇÃO DE TERRA EM ANTONINA-PR, FEITA PELA ONG TERRA DE DIREITOS

[Clique aqui e digite o endereço]

transmissão de fax

CÓPIA
SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS
6550 TEM TRAMITE
NUM. 9.995.842-9

DATA- 31 MAIO 2004
HORA-

Para: Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazzari Fax: 253 4289

De: TERRA DE DIREITOS Data: 28/5/2004

Ref: DENÚNCIA ANTONINA Págs: 03

Cc: [Clique aqui e digite o nome]

X Urgente Para revisão Favor comentar Favor responder Favor circular

TRANSACTION REPORT

MAY-28-2004 06:12 PM

FOR: TERRA DE DIREITOS

0412324660

SEND

DATE	START	RECEIVER	PAGES	TIME	NOTE
5-28	06:08 PM	02534289	3	3'23"	OK



Curitiba, 28 de maio de 2004.

Ofício TDD n. 43/2004

**Ao Excelentíssimo Senhor
Secretário de Segurança Pública
Dr. Luiz Carlos Delazzari**

A **Terra de Direitos**, organização civil pelos Direitos Humanos com sede em Curitiba, Paraná, vem respeitosamente perante Vossa Excelência manifestar sua preocupação com a violência perpetrada por oficiais da Polícia Militar contra trabalhadores rurais em um acampamento no Município de Antonina, onde 03 pessoas restaram feridas com gravidade e outras 02, presas ilegalmente.

Um efetivo de cerca de 30 homens da Polícia Militar do Estado do Paraná, orientados e a serviço do Senhor Pedro Paulo Pamplona, proprietário da Fazenda São Rafael, começou, por volta da 9:00h da manhã de segunda-feira dia 24 de maio de 2004, a circular nas imediações do acampamento dos trabalhadores, a cerca de 500 metros da área desocupada pacificamente no dia anterior, situado às margens de uma estrada, denominada Estrada Rio Pequeno.

A movimentação dos policiais, ostensiva e intimidatória, escoltando veículos particulares que entravam e saíam da Fazenda São Rafael, estendeu-se durante o dia quando, por volta das 18:10h, noite já escura, os cerca de 30 policiais militares, a pretexto de cumprirem uma ordem judicial de busca e apreensão, promoveram um conflito com os trabalhadores acampados. Os policiais não exibiram uma ordem judicial crível (o documento apresentado não fora exarado em papel oficial e a princípio ostentava apenas a assinatura do Senhor Escrivão Designado, sendo depois "esquentada" com uma assinatura que diziam ser do magistrado local) e não informaram aos trabalhadores os objetos que deveriam ser apreendidos.

Os policiais deflagraram disparos em direção aos trabalhadores e os perseguiram, adentrando inclusive em residências de moradores da região sem consentimento à procura de pessoas que consideram "lideranças" dos acampados. Dentro de uma dessas residências atingiram um trabalhador com 03 tiros de balas de borracha. Mais dois trabalhadores acampados foram atingidos pelos disparos da polícia militar quando pela estrada corriam à vegetação nativa. Outros foram espancados e feridos pela truculência dos oficiais da PM. Vários barracos onde provisoriamente se alojavam os trabalhadores foram desmanchados, sendo postos ao chão e as loras rasgadas.

Foram presos 02 trabalhadores. Após a prisão, os policiais levaram os trabalhadores até a Fazenda São Rafael para que o proprietário da área, Senhor Pedro Paulo Pamplona, os reconhecesse e "pedisse a prisão". Um dos trabalhadores presos relata em Termo de Declaração prestado na 7ª Delegacia da Polícia Regional que **"depois de preso, foi levado até a Fazenda São Rafael, onde o camburão foi aberto e os dois foram mostrados ao Dr. Pamplona e ao Milton, empregado do Dr. Pamplona"**. Os trabalhadores permaneceram encarcerados, sem direito à comunicação alguma, até o dia seguinte, quando foram libertados verificada a irregularidade e a ilegalidade da prisão.

A operação, que teve início por volta das 18:10h, somente terminou por volta das 23:00h, mas a movimentação das viaturas policiais nas estradas da região foi intensa durante toda noite. Vários trabalhadores, inclusive idosos e crianças, fugiram para o mato e passaram a noite fria e chuvosa



escondidos na floresta. Por volta das 03:00h da manhã de terça-feira os representantes da Terra de Direitos, Maria Rita Reis e Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida, que se dirigiram à região para acompanhar os desencadeamentos da ação policial, lá sendo informados dos fatos acima narrados, constataram o que os trabalhadores acampados ressaltavam: os policiais obedeciam às ordens do proprietário da Fazenda São Rafael.

No alvorecer do dia 25 de maio, entre as 7:00h e as 9:30h, 06 policiais da Ronda Ostensiva de Natureza Especial (RONE) fortemente armados e sob o comando do 3º Sargento João Carlos, acompanhados de 04 pistoleiros colocaram fogo nos barracos que haviam sido destruídos na noite anterior. Queimaram tudo que encontravam, roupas, sapatos, utensílios como panelas, fogões, colchões, cobertores, lonas e alimentos.

No decorrer do dia 25, 03 viaturas da Polícia Militar revezavam-se na guarda e escolta do proprietário da Fazenda São Rafael, Pedro Paulo Pamplona, permanecendo ora na área da propriedade, ora em local próximo a uma escola rural usada como abrigo pelos trabalhadores.

A atitude dos policiais causou revolta nos trabalhadores, que, em protesto, tentaram obstruir a estrada, sendo outra vez perseguidos por agentes da RONE comandados pelo 3º Sarg. José Carlos.

Várias arbitrariedades foram cometidas pelos policiais: prisões ilegais, invasão a domicílios, agressões físicas e tortura psicológica, além da ordem judicial ter sido cumprida em horário inadequado, durante a noite.

Vale dizer que consideramos de extrema relevância o afastamento do policial militar que comandou a operação de busca e apreensão contra os trabalhadores rurais, bem como a recente apreensão de armamento de fogo na propriedade do Senhor Pedro Paulo Pamplona. No entanto, cientes da situação de insegurança e pavor instaladas na região, inclusive, segundo relato dos trabalhadores lá acampados, com a presença na quinta-feira dia 27 de maio de policiais à paisana hostilizando os trabalhadores rurais e os intimidando com ameaças para não deporem sobre o ocorrido – o Ten. Nelson (este reconhecido na operação da PM) e Norberto, se dirigiram ao local dos fatos num Renault, placa AKG 3401, e deixaram um número telefônico (422 4344) com um dos funcionários da Fazenda São Rafael para os informar de novidades –, solicitamos as seguintes providências:

- 1) Sejam imediatamente apurados os responsáveis e os abusos cometidos na atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná e o envolvimento do proprietário da Fazenda São Rafael, Pedro Paulo Pamplona, nos atos de violência praticados;
- 2) Sejam identificados e devidamente processados os policiais militares que atearam fogo nos pertences dos trabalhadores;
- 3) Sejam tomadas providências para garantir a segurança das famílias acampadas na Estrada Rio Pequeno, investigando-se até mesmo a formação de milícias privadas na área;
- 4) Sejam supridos os trabalhadores com roupas, colchões, cobertores, lonas e alimentos queimados na ação da polícia militar.

Atenciosamente,

Maria Rita Reis

Guilherme E. G. de Almeida

Leandro Franking Gorsdorf

ANEXO 3 – DEPOIMENTO À POLÍCIA CIVIL, RESPONDENDO À ACUSAÇÃO FEITA PELO FAZENDEIRO, DE LÍDER DO ACAMPAMENTO, ONDE ELE RELATA SITUAÇÃO DE TENSÃO PELA QUAL ESTAVAM PASSANDO ANTES DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA

PIA



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ
Divisão Policial do Interior



1ª. Subdivisão Policial de Paranaguá
7ª DELEGACIA REGIONAL DE ANTONINA

1



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR
1ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ
7ª DELEGACIA REGIONAL DE ANTONINA
Rua Comendador Araújo, 35 – Fone/Fax: (41) 432-1234
83.370-000 – Antonina - Paraná

AUTO DE QUALIFICAÇÃO, VIDA PREGRESSA E INTERROGATÓRIO

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Antonina, Estado do Paraná, na sede da 7ª. Delegacia Policial, onde presente se achava o Dr. Rubens Miranda Júnior, Delegado de Polícia, respectivo, comigo escrivão "ad hoc" de seu cargo, ao final assinado, aí sendo, compareceu o (a) acusado (a), que às perguntas da Autoridade Policial, respondeu como segue:

Nome	JONAS APARECIDO DE SOUZA		
RG. Nº	7.143.158-4	Apelido	Não tem
Nacionalidade	Brasileira	Estado Civil	casado
Naturalidade	Altonia/PR		
Data nascimento	18/02/76	Profissão	agricultor
Pai	Aventino Marcos de Souza		
Mãe	Maria Pereira de Souza		
Residência	Estrada do Rio Pequeno, km. 8		
Local /Trabalho	O mesmo		
Telefones	9607-9839	Renda Mensal em R\$	R\$ 500,00
Cor	Morena	Cabelos	Pretos, encaracolados e curtos
Altura	1,78	Peso	68 Kg
		Religião	cristão
Sinais particulares	Não tem		
Tem filhos ?	Sim	Quantos ?	02
		Vive com eles ?	sim
É arrimo de família ?	Sim	Vícios	nenhum
Sabe ler e escrever ?	Sim	Instrução	8ª série
Já foi indiciado ?	Sim	Crime(s)	Furto
Já foi processado ?	Não	Comarca	Antonina/PR

Depois de cientificado (a) da acusação que lhe é feita, e tendo sido cientificado do seu direito de permanecer calado, tendo concordado em falar, passou o (a) acusado (a) a ser interrogado (a): QUE em relação a acusação de furto de uma arma tipo espingarda, marca CBC, calibre 20, nega ter feito, não tendo mesmo visto esta arma; QUE não existe nenhuma arma de fogo no acampamento, apenas instrumentos de trabalho, tais como

João



1ª. Subdivisão Policial de Paranaguá
7ª DELEGACIA REGIONAL DE ANTONINA

2

facões e foices; QUE soube ter havido uma apreensão de armas pertencentes a Pedro Paulo Pamplona e que tal apreensão foi feita pela Delegacia do Meio Ambiente, comandada pelo Delegado Voltaire; QUE viu quando o próprio Pedro Paulo Pamplona fez entrega à Polícia Militar de uma série de bens de sua propriedade, tais como geladeira, tendo a viatura policial saído cheia do interior da fazenda São Rafael; QUE o acampamento não tem um líder, que as decisões são tomadas por todos os acampados; QUE o senhor Geraldo, que é o posseiro da área onde estão acampados, junto com os acampados, resolveu fazer uma espécie de "lombada", posto que Pedro Paulo Pamplona e seu filho, de nome João Paulo, por diversas vezes passaram pelo local em alta velocidade, matando animais como galinhas e cachorros e, uma vez, quase atropelando uma criança; QUE várias vezes o João Paulo passou de carro pelo acampamento mostrando e apontando uma arma para os acampados; QUE uma vez João Paulo desceu do carro e tinha uma arma na mão, e chamava seu Geraldo, porque queria que a lombada fosse retirada, e apontava a arma para o acampamento, QUE conversaram com a prefeita Munira que lhes disse que se a lombada era para impedir tráfego em alta velocidade ela poderia lá permanecer; QUE a lombada permanece no local; QUE sabe da existência de roubo e abate de búfalos, porque tais animais invadem roças e causam grandes prejuízos, sendo mortos às vezes, sendo usados como alimento não apenas pelos acampados, mas também por posseiros da região; QUE foram abatidos talvez uns cinco animais; QUE ninguém do acampamento poderia ter enviado qualquer ameaça escrita ao senhor Pamplona, até porque não sabem o endereço dele em Curitiba; QUE em virtude de danos causados por búfalos na barranca do Rio Pequeno, foram retiradas algumas cercas da beira da estrada para cercar aquela área, já que o IAP e o Ibama disseram que responsabilizariam os acampados se houvesse algum dano ambiental naquela área; QUE a cerca foi retirada para evitar acontecimentos mais graves uma vez que Nego Hamilton, que diz ter arrendado a fazenda do Sr. Pamplona, fez uma série de ameaças contra os acampados, tendo uma vez aparecido com um caminhão com umas sete ou oito pessoas, fazendo ameaças contra os acampados e mesmo contra posseiros, inclusive na casa do meu pai e na casa de minha irmã; QUE Nego Hamilton permanece fazendo ameaças; QUE Nego Hamilton tem retirado madeira, palanques e arames da fazenda São Rafael, indo até a propriedade toda semana; QUE no começo do ano passado os acampados ganharam cerca de 80 quilos de charque, e que resolveram dar ao motorista que os trazia, um pouco daquela carne; QUE foram queimadas duas casas de posseiros, há uns quatro meses, sendo uma delas de Geraldo Alves e a outra de posseiro conhecido pelo apelido de Percebes; QUE o Senhor Pamplona disse aos seus funcionários que prometia botar fogo nas casas, com os posseiros dentro e que os incêndios aconteceram uns sete meses depois disso; QUE uma das casas foi completamente queimada e a outra os acampados e posseiros conseguiram apagar o fogo; QUE há uns cinco meses Paulo Bomfim e seus funcionários Laércio e outro cujo nome não recorda, atearam fogo no acampamento, restando queimadas umas vinte barracas e o que havia em seu interior, tal como, utensílios, roupas, documentos, alimentos, etc.; QUE em relação aos cavalos disse que o senhor Pamplona autorizou seu funcionário, de nome Vava, a vendê-los e, pelo que sabe, um deles foi vendido mas não foi pago, tendo Pamplona descontado o valor do salário de Vava; QUE Pamplona deu um dos animais para o cabo Renato e que uma égua, de cor

Go
Jovan



1ª. Subdivisão Policial de Paranaguá
7ª DELEGACIA REGIONAL DE ANTONINA

3

branca, morreu de causas que desconhece, estando a ossada na fazenda; QUE refuta a acusação de que tenha vendido qualquer cavalo; QUE ainda restam, pelo que sabe, dois animais na fazenda; QUE considera importante dizer que os acampados chamaram diversas vezes a Polícia Militar quando estavam sendo ameaçados por contratados pelo Senhor Pamplona, um de nome Zé Carlos e outro conhecido por Val; QUE estes dois contratados diversas vezes estiveram no acampamento, com armas na mão, dizendo ser contratados de Pamplona, e fazendo ameaças, tais como, envenenar a água, ou obrigando os acampados a permanecer no interior das barracas, que meu pai os viu várias vezes cortando fios de alta tensão; QUE a Polícia Militar nunca foi até o acampamento, dizendo que o problema era dos acampados; QUE a Polícia Militar sempre que Pamplona chamava, aparecia; QUE há comentários de que Paulo Bomfim estaria contratando jagunços; QUE os funcionários de Paulo Bomfim cortam a cerca da fazenda São Rafael para que os búfalos subam até a pastagem; QUE quer registrar que os posseiros e os acampados estiveram diversas vezes nesta Delegacia mas que nunca passaram da porta, porque eram informados que tinham que ir ao fórum; QUE a Promotora Dra. Maria Aparecida disse que estava proibida de tomar qualquer providência; QUE Pamplona disse para seus funcionários Lourival, Louriceu e Noel que mandava na Polícia, que podia transferir o delegado para qualquer lugar e que a Promotora lhe devia favores; QUE em relação ao caminhão Mercedes Benz informa que tal veículo estava desmontado na fazenda e que nada sabe sobre as chaves e a documentação; QUE refuta que carne de búfalo tenha sido vendida em Antonina ou em qualquer outro local, até porque enfatiza que para virem em Antonina, tem que passar pelo Posto da Policia Florestal do Cacatú, e que a Polícia revista até bicicletas; QUE não é verdade que os acampados tenham ido a qualquer tempo até o sítio São Judas Tadeu, porque ali trabalha uma pessoa de nome Zé Carlos, o mesmo que esteve em diversas ocasiões, fazendo ameaças, armado, no acampamento, e que sabem que é pessoa violenta; QUE não é verdade que tenham retirado qualquer bem, de qualquer tipo, do tal sítio; QUE Pamplona dizia que as coisas e bens que sumiam estavam na casa de meu pai, o que não é verdade, tendo mesmo um oficial de justiça ido até lá e nada encontrado; QUE não é verdade que os acampados tenham consigo uma roçadeira e um sub-solador, que na verdade, pelo que sabe, foram retirados pelo Sr. Pamplona, juntamente com a Polícia Militar; QUE o freezer vertical com 8 gavetas, marrom, encontra-se na verdade na própria fazenda São Rafael, juntamente com outros móveis; QUE quando da retirada ocorrida em agosto de 2004, o senhor Pamplona distribuiu colchões e cadeiras para diversas pessoas, inclusive para Paulo Bonfim; QUE permanecem na fazenda triturador, forrageira, os móveis da casa, fogão, freezer, mobília, etc; QUE há denúncias feitas pelos assentados na Delegacia do Meio Ambiente, em Curitiba (Dr. Voltaire) onde existem diversos laudos relativos a agressões sofridas pelos acampados por parte da PM. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado.



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ
Divisão Policial do Interior

1ª. Subdivisão Policial de Paranaguá
7ª DELEGACIA REGIONAL DE ANTONINA



4

Auto de Qualificação, Vida Progressa e Interrogatório de Jonas Aparecido de Souza.

Autoridade

Interrogado (a): *Jonas A Souza*

Testemunha

Testemunha:

Escrivão: *[Signature]*

**ANEXO 4 – FOTOS DE ÁREA VIZINHA AO ACAMPAMENTO COM CRIAÇÃO DE
BÚFALOS**

Área de criação de búfalos vizinha ao Acampamento Lutzenberger agosto de 2006



Cortinas de floresta dando impressão que há pouca área desmatada



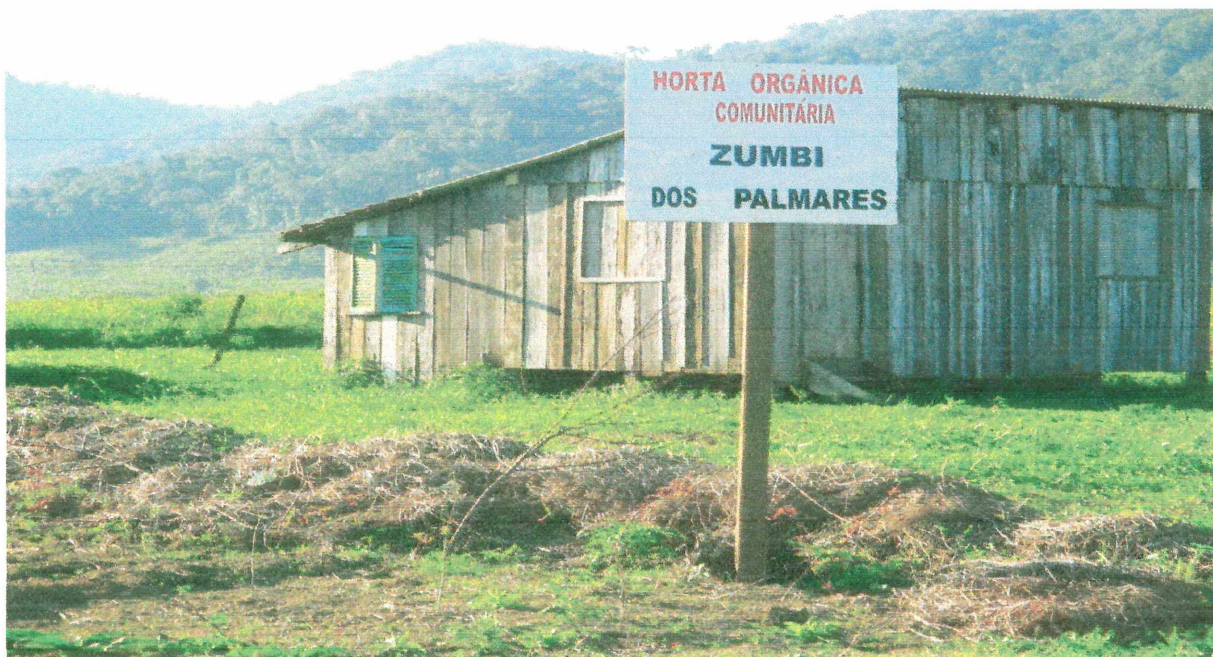
**ANEXO 5 – RIO DEPOIS DA AÇÃO TRANSFORMADORA NA SUA SINUOSIDADE
E SEM MATA CILIAR**

Rio Pequeno, após modificação de seu curso e retirada da mata ciliar, setembro de 2005.



**ANEXO 6 – HORTA ORGÂNICA COMUNITÁRIA DO ACAMPAMENTO, EM
DIREÇÃO À AGROECOLOGIA**

Início da horta comunitária do Acampamento, abril de 2006.



Horta Comunitária do Acampamento Lutzemberger, julho de 2006.



**ANEXO 7 – PRODUÇÃO DIVERSIFICADA NOS LOTES, O CAMINHO PARA A
AGROFLORESTA**

Produção diversificada no Acampamento, os princípios da agroecologia, maio de 2006.

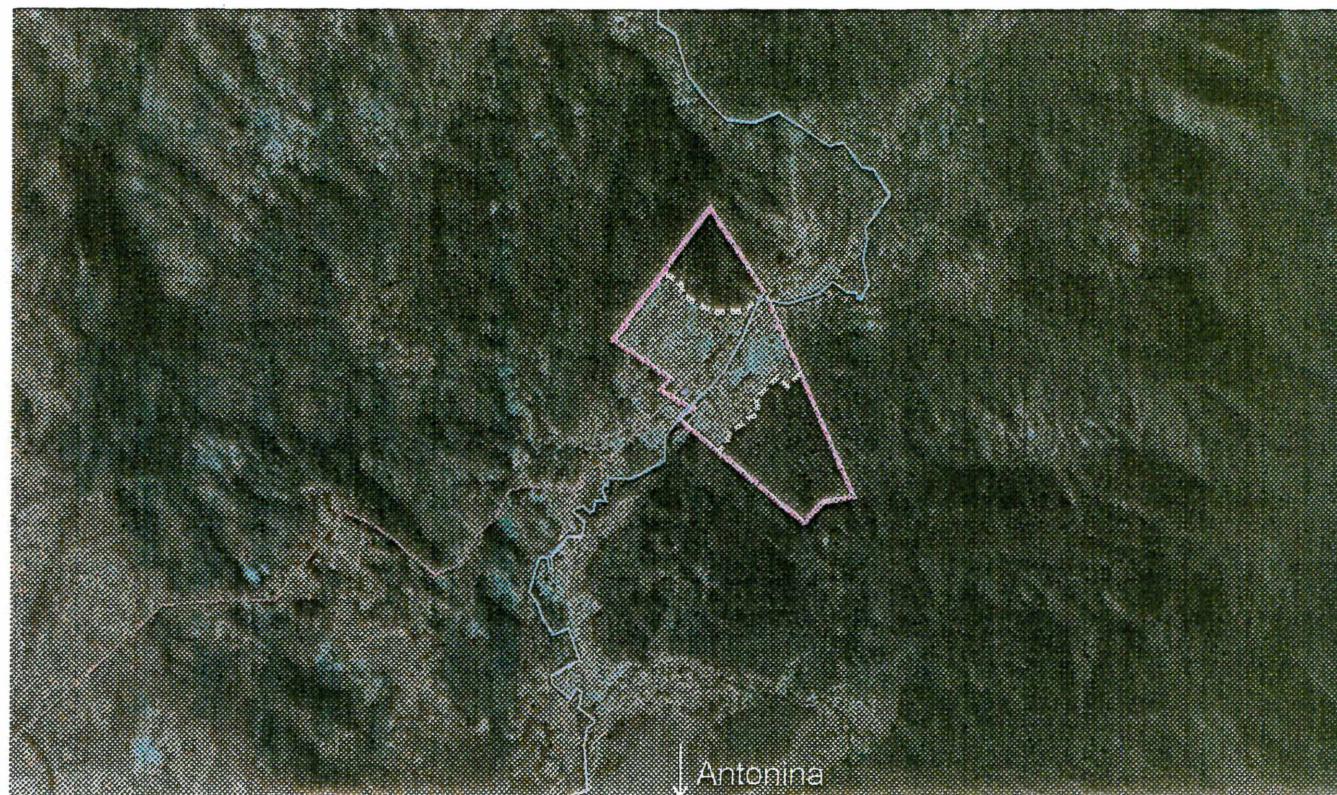


Diversificação de espécies rumo ao sistema agroflorestal, setembro de 2006.



**ANEXO 8 – FOTO AÉREA EXTRAÍDA DA PROPOSTA DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO AGROFLORESTAL REALIZADO PELA COTRARA**

Acampamento José Lutzenberger no contexto regional e ambiental



Legenda:

-  Acampamento José Lutzenberg
-  Município de Antonina
-  Estrada de acesso ao acampamento
-  Percurso do rio Pequeno
-  Limites das áreas de preservação

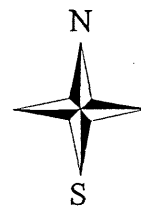
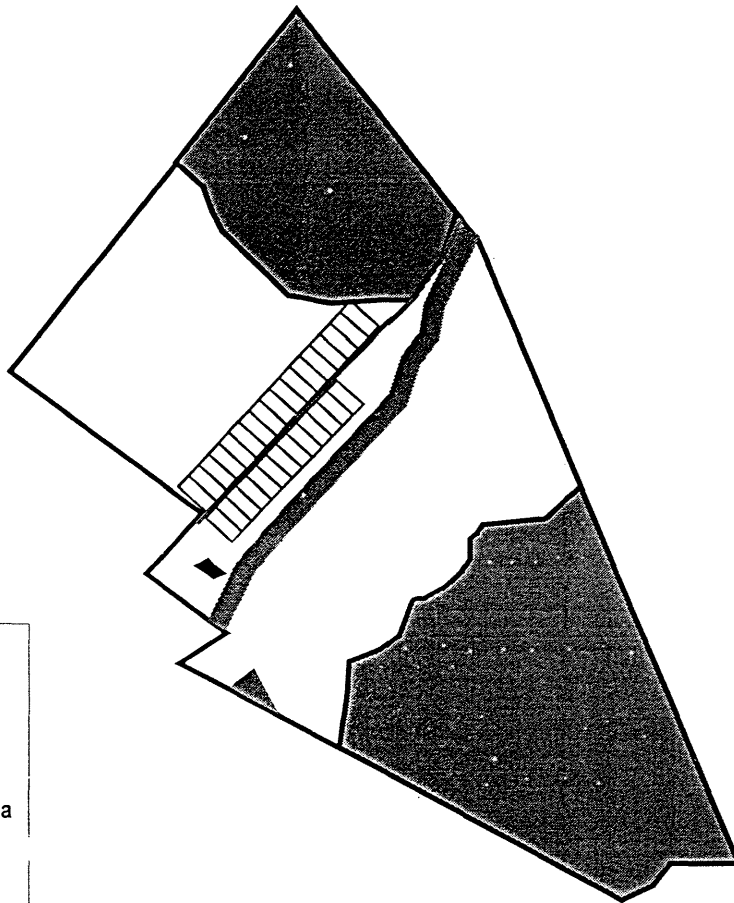


SERVIÇO: Acampamento José Lutzenberg		Localização do acampamento no contexto ambiental	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária COTRARA		LOCAL: Acampamento José Lutzenberg	MAPA: A
DATA: 03/2006		MUNICÍPIO: Antonina	
FONTE: Google Earth 2006		ESTADO: Paraná	

**ANEXO 9 – CROQUI DE USO ATUAL DO SOLO REALIZADO PELA COTRARA EM
2006**

Uso atual do solo e proposta de agrovila no futuro P.A. Agro-florestal José Lutzenberger

720848,30 m
732291,38 m



- Legenda:
- Sede
 - Áreas de Mata Nativa
 - Parcelamento da agrovila
 - Áreas de pastagens
 - Rio Pequeno
 - Estrada

720577,901 m

734692,38 m

sponsável Técnico:



operativa de Trabalhadores em Reforma Agrária

Informações da área:

Fazenda São Rafael
Município: Antonina
Área (ha): 228,8486
Perímetro (m): 6984,63

Escala

1:20.000

Ocupação da área:

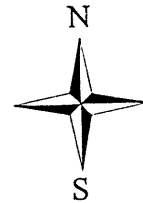
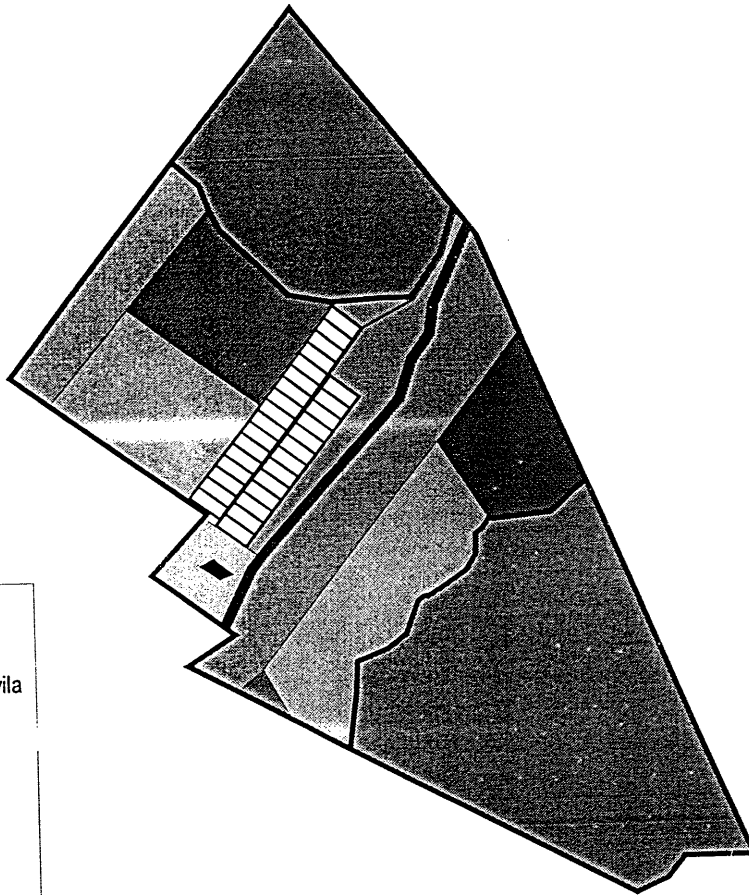
Uso Atual	Área (ha)	%
Área de preservação permanente	8,644	3,78
Área construída (sede/estrada)	1,0142	0,44
Pastagem cultivada	114,5707	50,06
Floresta ombrófila densa	104,6197	45,72
Total	228,8486	100

**ANEXO 10 – ESBOÇO DA PROPOSTA DE USO DO SOLO REALIZADO PELA
COTRARA EM 2006**











Proposta de Parcelamento do futuro P.A. José Lutzenberger

732291,38 m

720848,30 m



Legenda:

-  Sede/Centro
-  Parcelamento da agrovila
-  Rio Pequeno
-  Estrada
-  Reserva Legal
-  Agrofloresta
-  Pastagem
-  Grãos
-  Fruticultura
-  Tubérculos e raízes

720577,901 m

734692,38 m

Responsável Técnico:



Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária

Informações da área:

Fazenda São Rafael
Município: Antonina
Área (ha): 228,8486
Perímetro (m): 6984,63

Escala

1:20.000

Ocupação da área:

Uso Futuro P.A. José Lutzenberger	Área (ha)	%
Área de preservação permanente	8,644	3,78
Área construída (sede/estrada)	1,0142	0,44
Reserva Legal	104,6197	45,72
Uso direto das famílias		
Agrovila	12,0	5,24
Área coletiva	102,57	44,82
Total	228,8486	100